

As exportações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009

Nádia Jacqueline Coelho Tremea
UEPG (nhtremea@uol.com.br)

Resumo:

O trabalho discute o papel das exportações brasileiras no Produto Interno Bruto, no período de 2000 a 2009. A teoria que norteia o estudo é baseada em Kaldor, que atribui às exportações um papel preponderante no crescimento econômico. Apresenta os dados do PIB, das exportações, da demanda agregada e as características de cada período. Conclui que as exportações têm ainda um papel pequeno no crescimento econômico brasileiro.

Palavras chave: Produto Interno Bruto, exportações, crescimento.

Brazil's exports and the GDP: 2000/2009

Abstract

The paperwork discusses the role of Brazilian exportation in the Gross Domestic Product between 2000 and 2009. The theory that supports this study is based on Kaldor, who attributes to exportation a preponderant role for economic growth. It also shows data of GDP, exportation, aggregate demand and the characteristic of each period, concluding that exportation have still had a not so relevant role in the economic growth.

Key words: Gross Domestic Product, exportation, growth.

1 Introdução

O objetivo do artigo é apresentar e discutir o papel das exportações no crescimento (ou decréscimo) do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) no período de 2000 a 2009.

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país.

O PIB pode ser calculado sob diversas óticas, considerando-se o valor adicionado por setores de atividade econômica, que deve ser igual a renda gerada, bem como pode ser obtido pelo dispêndio da sociedade.

O PIB considerando no trabalho é aquele da ótica do dispêndio macroeconômico, qual seja, como sendo igual a soma do consumo das famílias (C), dos investimentos das empresas (I), dos gastos do governo (GG) e das exportações (X) deduzidas das importações (M), resultando na equação $PIB = C+I+GG+(X-M)$.

O arcabouço teórico que sustenta a análise é o das “leis de Kaldor”, com ênfase à relação direta entre o crescimento das exportações e o crescimento do PIB.

O artigo divide-se em outras três partes, além da introdução, na primeira apresenta as “leis de Kaldor”, na seção seguinte analisa as variáveis selecionadas para a análise e discorre sobre as diversas conjunturas econômicas do período considerado. Por fim, breves conclusões são tecidas.

2 Kaldor e o crescimento econômico através das exportações

O economista húngaro, naturalizado britânico, Nicolas Kaldor preocupou-se em decifrar quais eram os elementos que conduziam ao crescimento econômico dos países capitalistas, apesar de sua análise haver se concentrado nos países

desenvolvidos, é largamente utilizada para explicar as economias de países em desenvolvimento, caso do Brasil.

Suas observações o levaram a concluir que as exportações, principalmente de produtos industrializados, são determinantes fortes no desempenho econômico das Nações.

Um conjunto de pressupostos, conhecido como as “leis de Kaldor” foram por ele apresentado entre as décadas de 1960 e 1980, mostrando as situações de causa e de efeito que gerariam uma variação no produto agregado dos países. As “leis de Kaldor”, sintetizadas por Lamojica e Feijo (2007), são as seguintes:

1º) Há uma relação positiva e direta entre o crescimento industrial e o crescimento do PIB, ou seja, quanto maior o crescimento da indústria maior o crescimento do produto interno.

2º) Outra relação direta e positiva de causa e efeito diz respeito ao crescimento da produtividade industrial e ao crescimento do PIB, logo, quanto maior for a produtividade industrial, também maior será o PIB.

3º) As exportações e o PIB também são diretamente relacionados, assim, quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior será o crescimento do PIB.

4º) A demanda agregada pode, a longo prazo, restringir o crescimento do PIB, como as exportações representam a demanda externa, o decréscimo na sua taxa de crescimento pode ocasionar problemas no balanço de pagamentos e, em consequência, no crescimento econômico.

Para os fins do presente artigo interessam a terceira relação, qual seja a relação direta de crescimento de exportações e do PIB e também a quarta lei, isto é, a variação da demanda externa como variável fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos.

3 O Produto Interno Bruto e as exportações brasileiras

No Brasil tem sido discutida e enfatizada a participação das exportações na economia, desde os aspectos de atividades produtivas com inserção externa relevante, caso do agronegócio, até os efeitos multiplicadores

que o crescimento das vendas externas provoca no mercado interno.

As relações entre o crescimento do PIB e o crescimento das exportações de bens e serviços e sua participação no PIB podem ser visualizadas na tabela 1.

Período	Taxa var.PIB	Taxa var.Exp.	ExpCresPIB	Exp/PIB
2000	4,30	12,86	1,21	9,98
2001	1,30	10,05	1,00	12,18
2002	2,70	7,42	0,90	14,10
Média 2000 a 2002	2,77	10,11	1,04	12,09
2003	1,10	10,40	1,47	14,99
2004	5,70	15,29	2,29	16,43
2005	3,20	9,33	1,53	15,13
2006	3,80	5,04	0,76	14,37
Média 2003 a 2006	3,45	10,02	1,51	15,23
2007	5,40	6,20	0,89	13,36
2008	5,14	-0,64	-0,09	13,79
2009	-0,19	-10,28	-1,42	11,27
Média 2007 a 2009	3,45	-1,57	-0,20	12,81

Fonte: IBGE, base referência ano de 2000.

Tabela 1: Taxa de variação do PIB, Taxa de variação das Exportações, Contribuição das exportações no cresc. PIB e part.exp.no PIB

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto brasileiro tem apresentado um desempenho bastante variado ao longo dos nove primeiros anos do Século XXI, os três primeiros anos, que foram do Governo Fernando Henrique, apresentaram-se com uma média baixa de crescimento de 2,8% e as exportações contribuíram, em média, com cerca de 1% do total do crescimento e representaram 12% do PIB total.

O período que corresponde ao primeiro mandato do Governo Lula, de 2003 a 2006, apresentou um crescimento médio anual do PIB em torno de 3,5%, superior ao do seu antecessor, mas, igualmente baixo. Neste período, as exportações, apesar de crescerem 10% em média anual e aumentarem sua participação para 15% do Produto, contribuíram anualmente com apenas 1,5% para o crescimento total do PIB.

Os três primeiros anos do segundo mandato do Governo Lula apresentaram

uma média anual de desempenho do Produto de 3,5%, mesmo computando o primeiro decréscimo do PIB do Século XXI, no ano de 2009. A contribuição das exportações para o crescimento médio anual do PIB foi negativa, em torno de 0,20, devido ao seu decréscimo em 1,57% na média do período, diminuindo sua participação para 12,8% do produto.

Analisando ano a ano, os nove primeiros anos do Século XXI, é possível traçar-se algumas considerações a respeito do PIB e das exportações brasileiras.

Para o ano 2000, em relação ao ano de 1999, houve um crescimento do PIB de 4,3%, as exportações tiveram um desempenho positivo de 12,86, participando com cerca de 10% do PIB e contribuindo com 1,21% do seu crescimento, mesmo assim, a participação das importações foi maior e levou a um déficit comercial em torno de 1,7% do PIB, conforme os dados mostrados na tabela 2.

Ano	Consumo famílias	Inv:FBCF+estoques	Adm.Pública	Exportações	Exlíq(Exp-Imp)
2000	64,3	18,3	19,2	9,98	-1,72
2001	63,5	18,0	19,8	12,18	-1,32
2002	61,7	16,2	20,6	14,10	1,5
2003	61,9	15,8	19,4	14,99	2,89
2004	59,8	17,1	19,2	16,43	3,93
2005	60,3	16,2	19,9	15,13	3,63
2006	60,3	16,8	20,0	14,37	2,87
2007	59,9	18,3	20,3	13,36	1,56
2008	60,3	19,9	19,6	13,79	0,19
2009	62,8	16,5	20,8	11,27	-0,03

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa. Coordenação de Contas Nacionais

Tabela 2: Componentes da demanda no Produto Interno Bruto: 2000 a 2009 - em %

O ano de 2000 é bastante emblemático na análise da economia brasileira, era o segundo ano que o País estava sob o regime de câmbio flexível, formado pela cotação de oferta e demanda de divisas, com intervenções do Banco Central comprando e vendendo moedas estrangeiras para evitar excessivas valorizações ou desvalorizações, a taxa de juros elevada permitia câmbio desvalorizado, mas, insuficiente para gerar, naquele ano, o esperado superávit comercial, indicando a necessidade de ampliação das exportações.

O ano de 2001 foi de inflexão no crescimento do PIB brasileiro, que apresentou um desempenho de apenas 1,3% em relação ao ano anterior, as exportações também cresceram menos e participaram menos do crescimento do Produto, no entanto, ao se analisar os dados de participação das exportações na demanda agregada, apresentados na tabela 2, fica clara uma maior participação em detrimento do consumo (das famílias) e do investimento (formação bruta de capital fixo e variação de estoques).

Os atentados terroristas em Nova York foram um dos elementos que explicam a retração do PIB, os investimentos mundiais entraram em uma fase de descenso em virtude do clima de insegurança, atingindo também o Brasil, por possuir uma

economia com presença marcante de multinacionais.

No ano de 2002 ocorreram as eleições presidenciais e o fim da “Era FHC”, em consequência da incerteza que dominou o mercado, em relação à política econômica que seria adotada pelo futuro governo, por temer a esquerda no poder implantasse medidas restritivas ao capital, ocorreu uma desenfreada fuga de dólares, levando a sua cotação a quase R\$4,00, incentivando uma expansão na participação das exportações no PIB, que atingiu 14%, naquele ano, conforme as tabelas 1 e 2, em que pese que o crescimento real das mesmas haver sido de 7,42% e o do Produto de apenas 2,7%.

Note-se que no referido ano há também uma retração de cerca de dois pontos percentuais na participação do investimento e do consumo das famílias, conforme a tabela 2, denotando uma evidente deterioração de bem estar.

O ano de 2003 é o primeiro da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, a política econômica se mostra, desde o início, conservadora, marcada pela continuidade do governo anterior, o que provocou as mais diversas reações na sociedade, desde aprovações até indignação e revolta pelos que haviam elegido um presidente que se mostrava

afinado com reformas de bases quando na oposição.

Há um crescimento muito baixo do PIB, apenas 1,1%, as exportações são a única variável que cresce na participação do PIB, passando a representar praticamente 15% do total (tabelas 1 e 2), o consumo fica estagnado e os investimentos diminuem a sua participação (tabela 2).

No ano de 2004 ocorre o maior crescimento do PIB no período analisado, 5,7%, as exportações vão apresentar a melhor participação, 16,43%, a contribuição para o crescimento do Produto é também a maior, cerca de 2,3% (tabela 1), as exportações líquidas também apresentam o melhor desempenho, quase 4% de participação (tabela 2), dentre os nove anos analisados no estudo.

Colocadas no centro do debate como elemento fundamental ao crescimento econômico, as exportações cresceram 15,3% em 2004, evidenciaram-se os problemas que a sua expansão estava enfrentando.

Em entrevista à Revista Exame (2004) o então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto afirmou que a indústria estava otimista com a retomada da produção e que esta se estendia para além dos setores exportadores e de agronegócios, com boas reações nos setores dos bens de consumo duráveis, cimento e construção civil. Assinalava três razões para o crescimento: a primeira, as exportações, que impulsionam os setores ligados ao mercado interno, depois o aumento do crédito, que cresceu 7,9% a mais em relação a igual período no ano anterior (primeiro semestre) e por último, mas não menos importante, o aumento da massa salarial e do nível de emprego.

Com o crescimento da demanda interna e das exportações, os gargalos na cadeia produtiva evidenciaram-se, sendo

solucionados, temporariamente, pelo sistema de preços, ou pagava-se mais ou ficava-se sem o fornecimento, por outro lado os preços dolarizados, pressionavam a inflação, que era controlada com juros altos, levando à diminuição do bem-estar social.

A capacidade instalada na indústria de transformação em junho de 2004 atingiu o mais elevado nível desde que a série começou a ser calculada em 1992, qual seja de 83,3% (dados da CNI). Como os investimentos apresentavam-se estagnados ou mesmo negativos era urgente que fossem retomados, para que se pudesse atender tanto à demanda externa quanto a interna.

Segundo a FOLHA DE SÃO PAULO (2004) as empresas do setor siderúrgico estavam utilizando praticamente toda a capacidade instalada, o índice de ocupação variava de 90% a 95%, as empresas no Brasil tinham capacidade de produção de 34 milhões de toneladas de aço e produziam, naquele ano, 32 milhões, o quase esgotamento da capacidade foi acompanhado de um aumento de preço de 25% entre janeiro e julho de 2004.

Em 2005, apesar da participação de 15% nas exportações no PIB, a sua contribuição para o crescimento do Produto é de 1,5% e o PIB tem uma variação menor que no ano anterior, de 3,2%.

Uma das causas do baixo crescimento foram as altas taxas de juros, a taxa Selic estava no final do ano em torno de 18%, em um contexto de inflação baixa representava 11% de juros reais, os maiores do mundo, com esta política de juros altos, o Brasil atraía muito investimento em carteira.

Para a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (2006) o crescimento dos Estados Unidos e a expansão da China permitiu um crescimento de 15% no

comércio mundial em 2005, permitindo ao Brasil um superávit comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões, mesmo com o câmbio valorizado.

Em 2006, o PIB cresce mais que em 2005 e é a partir de 2006 que torna-se preocupante a contribuição das exportações para o crescimento do Produto, conforme os dados da tabela 1, neste ano participa com apenas 0,76% do crescimento total, em 2007 com 0,89 e nos dois anos seguintes, a contribuição torna-se negativa, -0,09% em 2008 e -1,42% em 2009. Um dos motivos teria sido o real valorizado perante o dólar, desestimulando as exportações e levando em alguns casos à preferência por vendas no mercado interno ao externo.

As exportações, que crescem 5,04% em 2006, 6,2% em 2007, decrescem em 2008 em -0,64% e em 2009, -10,28%.

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produtos industriais	83,4	82,0	80,6	80,1	80,0	79,5	78,1	75,9	71,7	68,4
Indústria de alta e média-alta tecnologia	35,6	33,1	31,3	29,9	30,0	31,8	30,4	29,1	26,1	23,7
Indústria de média-baixa tecnologia	18,6	17,1	17,6	18,3	19,5	19,2	19,8	19,7	19,6	16,2
Indústria de baixa tecnologia	29,3	31,7	31,7	31,9	30,5	28,4	27,9	27,1	26,0	28,5
Produtos não industriais	16,6	18,0	19,4	19,9	20,0	20,5	21,9	24,1	28,3	31,6
Total industriais e não industriais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC

Tabela 3: Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica

2000 a 2009 em % de participação nas exportações totais

Percebe-se, claramente, através dos dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apresentados na tabela 3, que as exportações de produtos industriais perderam participação no cômputo total, decrescendo de 83,4% em 2000, para 68,4% em 2009.

Também denota-se que os produtos industriais de alta e de média alta tecnologia foram gradativamente perdendo importância e este é um problema estrutural grave, é justamente neste tipo de exportação que se agrega maior valor, que exige desenvolvimento científico e tecnológico e nos quais as empresas tem

A crise financeira mundial foi um entrave da maior importância ao comércio internacional em 2008 e 2009, os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, berço dos distúrbios e a União Europeia, diminuíram seus fluxos de comércio, atingindo também o Brasil.

Além da crise mundial em 2008 e 2009, qual seria o problema estrutural das exportações brasileiras? Kaldor referia-se ao crescimento das exportações, especialmente das industriais, como um motor de crescimento do PIB.

Os dados da tabela 3 indicam o perfil das exportações brasileiras no período analisado e podem fornecer alguns indícios do seu desempenho.

maior poder de colocar o seu preço no mercado internacional.

Os setores industriais de alta e de média tecnologia são olipolizados e no Brasil dominados por empresas transnacionais, que tem forte presença no mercado internacional e que são os agentes que efetivamente determinam o dinamismo do comércio mundial.

Por outro lado, percebe-se o crescimento da importância no total exportado dos produtos não industriais, que são os do setor primário e que incluem parte das exportações do agronegócio e dos produtos extrativos, tais como os minérios.

Ao se somar as exportações do setores industriais de baixa tecnologia, que

incluem madeira, papel, celulose, alimentos, bebidas, têxteis e calçados, aos bens não industriais, percebe-se uma clara especialização do Brasil nos produtos de baixo valor adicionado, pois os referidos passam de uma participação de 46% no total exportado no ano de 2000, para 60% no ano de 2009.

Algumas qualificações importantes podem ser colocadas a respeito, a maior inserção brasileira no comércio exterior está se dando através do agronegócio, dentro do qual há setores nos quais apresenta dinamismo reconhecido internacionalmente, caso do açúcar, do frango, do suco de laranja, da soja e também da exploração de recursos naturais, como madeira, papel, aço e os minérios.

Nos setores do agronegócio, apesar da presença de empresas transnacionais, há espaço para as empresas brasileiras, como as cooperativas e outras grandes empresas nacionais.

A expansão do comércio exterior no Século XXI se deu muito em função da entrada da China no cenário externo como grande exportadora, mas, também como grande importadora de bens que necessita para atender o seu mercado interno, no qual o Brasil tem sido um importante fornecedor de produtos básicos, sendo o minério de ferro e a soja os principais.

Outra qualificação primordial diz respeito às dificuldades de inserção externa dos países em desenvolvimento, caso do Brasil, que enfrentam barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio internacional, e que são o principal entrave, na atualidade, ao avanço da Rodada de Doha, que prevê, inclusive, o fim dos subsídios às exportações em 2013.

Os países desenvolvidos são altamente protetores de seus produtores rurais, que usufruem das distorções de competitividade promovida pela política agrícola comum, na União Européia e também outras formas subsidiadoras em

outros países, caso dos Estados Unidos. As maiores distorções ocorrem quando a produção subsidiada é vendida no comércio entre os países.

Recentemente, no ano de 2010, a OMC conferiu ao Brasil a possibilidade de retaliar comercialmente os Estados Unidos, por venderem algodão subsidiado no mercado internacional, ferindo as condições de concorrência justa no mercado, afetando os produtores brasileiros tanto no comércio externo como no interno.

Em tempos de crise, com o objetivo dos países membros recuperarem seus níveis de atividade econômica, a Organização Mundial do Comércio, em seu relatório anual publicado em 2009, assumiu como legítimo o uso de medidas restritivas ao livre comércio, como o recurso a cláusulas de salvaguarda, tais como quotas quantitativas de importações e medidas antidumping ou compensatórias, usadas para combater práticas ilegais de comércio. Também foi analisado o recurso à elevação de tarifas alfandegárias, além dos níveis efetivamente aplicados, desde que não ultrapassassem as tarifas consolidadas na OMC.

4 Considerações finais

Diante do exposto é possível traçar-se algumas considerações a guisa de incipientes e breves conclusões.

Em primeiro lugar, o desempenho do PIB brasileiro, nos nove anos analisados, é sofrível. O Brasil é um país que precisa crescer com urgência, para que possa incluir dignamente seus cidadãos.

O crescimento através das exportações é igualmente preocupante, trata-se de uma contribuição muito pequena no crescimento total do PIB e mais grave, negativa em 2008 e 2009, ou seja, as exportações contribuíram para o decréscimo do Produto.

Por outro lado, é inegável a importância do crescimento das exportações até 2007,

mesmo considerando que elas têm contribuindo pouco para o crescimento do PIB, trata-se de um forte impulso nas atividades produtivas voltadas para o mercado externo, especialmente se analisado regionalmente, como no caso do agronegócio, setor no qual o dinamismo exportador promove efeitos positivos desde o interior ruralizado do País, até as fábricas de máquinas, equipamentos e defensivos, localizadas em pólos industriais de centros maiores, e envolve ainda serviços financeiros, de comércio, seguros e transportes.

Além de contribuírem para gerar baixos níveis de crescimento do PIB, de acordo com os pressupostos teóricos kaldorianos, é necessário considerar que a maior participação do agronegócio e dos produtos com baixo grau de industrialização são fatores que trazem intrinsecamente algumas sérias dificuldades.

A primeira dificuldade é a combinação de real valorizado, devido às baixas taxas de juros externas e as altas taxas de juros internas, que atraem aplicações financeiras internacionais, mas, prejudicam a rentabilidade de setores exportadores de commodities que tem seu preço cotado fora do Brasil. Esta situação pode ser resolvida com política econômica, mas, implica em aumento de preços que ocasionam inflação interna.

A segunda complicação é a relação de trocas desiguais que se estabelece nestas condições, ou seja, o País precisa exportar um grande volume de produtos de baixo valor agregado para importar os produtos industrializados de alto valor agregado. Neste caso, as soluções são de longo prazo e exigem investimentos maciços na transformação da pauta exportadora, que depende também das decisões das empresas transnacionais de produzirem tais bens dentro do Brasil e de exportá-los.

A terceira é o fato do Brasil se especializar na produção de bens que são os principais

alvos das barreiras tarifárias e não tarifárias, a liberalização do comércio mundial, se obtida através das negociações entre os membros da OMC, traria, evidentemente, benefícios elevados. É uma situação cuja solução está além da capacidade de decisão interna, porém, o Brasil tem se mostrado como um importante articulador externo, liderando o G20, buscando justamente derrubar as barreiras comerciais que impedem maiores exportações dos países em desenvolvimento aos desenvolvidos.

E ainda, outra consideração diz respeito a qual perfil exportador é ideal para o Brasil? O de primário exportador, que o caracterizou por séculos ou de exportador de bens que exigem maior agregação de valores, com a conseqüente exigência de elevados investimentos científicos, que envolvem diretamente o investimento em seres humanos altamente capacitados?

Assim, a expansão das exportações de maior valor agregado deve superar os gargalos de infraestrutura, de recursos humanos e de investimentos.

As exportações de produtos de baixo valor agregado também encontram fortes obstáculos na infraestrutura, nas barreiras comerciais, nos subsídios dos países desenvolvidos e na manutenção e busca de mercados no atual cenário da crise mundial ainda não superada.

Em ambos os casos, as taxas de juros elevadas, o real valorizado e a estrutura tributária são pontos de estrangulamentos importantes para o desempenho exportador.

Por fim, é fundamental que o Brasil busque uma maior inserção internacional, promovendo também o crescimento do mercado interno e inserindo a maior parte da sua população nas condições dignas de trabalho e subsistência.

Referências

BALBI, S. FOLHA DE SÃO PAULO, **Empresas driblam gargalo de infra-estrutura.** São Paulo: Folha Dinheiro, p. 4, 01/08/2004

CNI. **Indicadores Industriais.** Ano 15, nº6, jun. 2004. disponível em www.cni.org.br.

FEIJO, C.A; LAMONICA, M.T. Crescimento e Industrialização no Brasil: As lições das Leis de Kaldor. Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Cursos de Pós Graduação em Economia (ANPEC). 2007. Disponível em http://www.anpec.org.br/encontro_2007. Consultado em abril de 2010.

EXAME. **Indústria está otimista com aumento da demanda interna.** Portal Exame: divulgado em 03/08/2004

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cenário favorável eleva os ganhos das siderúrgicas.** São Paulo: Folha Dinheiro. p. B3, 04/08/2004

HIRATUKA, C. e BRITO, G. **Restrições Setoriais ao Crescimento Econômico: uma avaliação da evolução do grau de utilização da capacidade.** Campinas: NEIT-IE-UNICAMP. Abr.2003.

IBGE. Indicadores conjunturais. Disponível em: www.ibge.gov.br

IPEA. Indicadores macroeconômicos. Disponível em: www.ipeadata.gov.br

OMC defende “protecionismo moderado” para combater os efeitos da crise econômica. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090722_relatorioomcebc.shtml. Consultado em maio 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br

Sanções do Brasil por subsídios ao algodão “depcionam” os EUA. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u704042.shtml>. Consultado em maio 2010

TREMEA, N.J.C. **A inserção do Paraná no modelo exportador brasileiro no Século XXI.** III ECOPAR: Encontro de Economia Paranaense. Londrina.2004.